



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE BRAGANÇA

AURIETE DE GOIS BATISTA

**COMUNIDADE QUILOMBOLA DE ITAMOARI: IDENTIDADE E SABERES QUE
CIRCUNDAM A ESCOLA PETRONILIA DO CARMO**

BRAGANÇA
2023

AURIETE DE GOIS BATISTA

**COMUNIDADE QUILOMBOLA DE ITAMOARI: IDENTIDADE E SABERES QUE
CIRCUNDAM A ESCOLA PETRONILIA DO CARMO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade de Educação da Universidade Federal do Pará, Campus Universitário de Bragança como parte do requisito para obtenção do grau de Licenciatura Plena em Pedagogia.

Orientadora: Profa. Dra. Mari Natalina Mendes Freitas

BRAGANÇA - PA
2023

AURIETE DE GOIS BATISTA

**COMUNIDADE QUILOMBOLA DE ITAMOARI (PA): IDENTIDADE E SABERES
QUE CIRCUNDAM A ESCOLA PETRONILIA DO CARMO**

Banca Examinadora:

Profa. Dra. Maria Natalina Mendes Freitas
Orientadora – UFPA

Profa. Dra. Maria Gorete Rodrigues
Examinadora UFPA

Prof. Me. Antônio Mateus
Examinador UFPA

COMUNIDADE QUILOMBOLA DE ITAMOARI: IDENTIDADE E SABERES QUE CIRCUNDAM A ESCOLA PETRONILIA DO CARMO

Auriete de Gois Batista¹
Maria Natalina Mendes Freitas²

RESUMO

O presente artigo problematizou a educação em interface com o currículo da escola Petronília do Carmo, localizada no município de Cachoeira do Piriá, nordeste do estado do Pará. Objetivou analisar como o currículo da escola aborda as questões identitárias e multiculturais da comunidade de Itamoari em seu fazer pedagógico. O estudo é de abordagem qualitativa do tipo bibliográfica e pesquisa de campo. A pesquisa foi realizada uma turma multisseriada de Educação Infantil e Ensino Fundamental anos iniciais. Os sujeitos participantes foram: oito alunos na faixa etária de 4-10 anos de idade; um professor/gestor; quatro sujeitos da comunidade, sendo eles três mães e um pai. Como técnica de coleta de dados, utilizamos a entrevista semiestruturada com o professor/gestor e com os pais dos alunos. O período de coleta de dados ocorreu entre outubro de 2022 a fevereiro de 2023, com ida a campo, a realização das entrevistas, observações e registros no diário de campo para subsidiar nossa análise. Os resultados revelaram, que, apesar dos avanços com relação à temática abordada e da legislação que trata das populações quilombolas, os saberes culturais destas comunidades ainda são pouco afirmados e trabalhadas, tanto no currículo, quanto na prática pedagógica. Entendemos que a identidade e os saberes se manifestam no simbolismo do tempo e na cultura de transmissão de conhecimentos, e compreendemos o currículo como documento estruturante do fazer educativo. Nesse sentido, é preciso concentrar os esforços tanto das políticas públicas, quanto da gestão escolar, no que diz respeito ao entrelaçamento dos conteúdos escolares com os saberes históricos da vida cotidiana da comunidade quilombola na organização do trabalho pedagógico. Dessa forma, este trabalho visa contribuir com as reflexões que vem sendo construídas sobre a valorização do saber/fazer advindo dos mais velhos, e concentra-se no desenvolvimento de novos caminhos a trilhar no sentido de aproximar, por meio da pesquisa, Identidades e Saberes que circundam a E.M.E.F. Petronília do Carmo.

Palavras-chave: Comunidade Quilombola Itamoari. Processos Educativos. Identidade. Saberes. Currículo.

ABSTRACT

This article discuss education in interface with the curriculum of the Petronília do Carmo school, located in the municipality of Cachoeira do Piriá, northeast of Pará state. The objective was to analyze how the school curriculum addresses the identity and multicultural issues of the Itamoari community in its pedagogical practice. The study is qualitative approach literature and field research. To carry out the research, we elected a multiseried class of Early Childhood Education and Elementary Education. The participants were eight students in the age group of -10 years old; a teacher/ manager; four subjects of

¹ Graduanda do curso de Licenciatura em Pedagogia. E-mail:

² Orientadora, doutora em Educação, Docente da Faculdade de Educação (FACED) /UFPA.

the community, three mothers and one father. As a data collection technique, we use interview with the teacher/manager and the parents of the students. The data collection period occurred between October 2022 to February 2023, with field trips, semi-structured interviews, observations and records in the field diary to support our analysis. The results revealed that, despite the advances in relation to legislation that deals with quilombola populations, the cultural knowledge of these communities is still little affirmed and worked, both in the curriculum as in pedagogical practice. We understand that identity and knowledge are manifested in the symbolism of time and in the culture of knowledge transmission, and understand the curriculum structure of the educational practice. In this sense, it is necessary to concentrate the efforts of both public policies and school management of school contents with the historical knowledge of everyday life of the quilombola community in the organization of pedagogical work. Thus, this work aims to contribute to the reflections that have been built on the appreciation of knowledge/ do coming from the older, and focuses on the development of new paths to tread in the sense of approaching, through research, Identities and Knowledge that surround the E.M.E.F. Petronília do Carmo.

Keywords: Itamoari Quilombola Community. Educational Processes. Identity. Know. Curriculum.

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho parte de uma inquietação a respeito do currículo escolar vivenciado na Escola Municipal de Ensino Fundamental Petronília do Carmo, comunidade Quilombola de Itamoari, Município de Cachoeira do Piriá-PA, em que identifico o meu pertencimento. Desde os meus anos de estudo nessa escola e, como mãe de aluno, percebi que o currículo não era assunto das reuniões de pais e nem na organização das práticas educativas dos educadores. Após minha entrada no curso de Pedagogia, Campus de Bragança, Universidade Federal do Pará, através das disciplinas cursadas e esclarecimentos de temas importantes, como o currículo, e da minha participação no Núcleo de Estudos, Pesquisa e Extensão em Infância, Educação e Cultura na Amazônia Paraense/NEPIECAP, passei a pensar criticamente o quanto o ensino da EMEF Petronília do Carmo, não dialoga com a identidade, cultura e nem com os saberes tradicionais de minha comunidade.

Diante desta reflexão, passei-me a perguntar: Por que a cultura quilombola da comunidade de Itamoari não é inserida no currículo escolar? Que currículo é este? De onde vem? Questões essas, que me proponho pesquisar para a elaboração deste artigo. Hoje, há um amplo debate acerca da educação escolar quilombola, onde entre outras discussões, se enfatiza que o currículo deve partir das vivências, experiências e saberes trazidos pelos alunos e

dialogado com a comunidade, tendo em vista que a escola possa desenvolver um currículo vivo pautado nas evidências das práticas culturais dos sujeitos que residem na comunidade.

Hoje há um amplo debate acerca da educação escolar quilombola, que, entre outras discussões, se enfatiza que o currículo deve partir das vivências, das experiências e dos saberes trazidos pelos alunos e do diálogo com a comunidade, tendo em vista que a escola possa desenvolver um currículo vivo pautado nas evidências das práticas culturais dos sujeitos que residem na comunidade.

A partir desse desafio, este estudo tem como objeto investigativo a educação quilombola em interface com o currículo da escola Petronília do Carmo, localizada no município de Cachoeira do Piriá, nordeste do estado do Pará, desdobrando-se nos seguintes objetivos específicos: Identificar e selecionar saberes mais relevantes produzidos pela Comunidade Itamoari, considerando sua importância no processo de aprendizagem das crianças e conhecer o planejamento atual da Escola Municipal Petronília do Carmo.

O contexto escolar não pode invisibilizar a história do nosso lugar, uma vez que seus habitantes, descendentes de negros e indígenas, mantêm em seus hábitos e costumes, a caça, a pesca, a coleta de sementes da floresta, a agricultura familiar e o artesanato. Portanto, são eles, esses saberes que deveriam estar articulados ao currículo, contextualizando os conteúdos oficiais das disciplinas obrigatórias do currículo.

A comunidade de Itamoari é reconhecida desde 1997 como quilombo, possuindo um Estatuto Social da Associação Quilombola denominada Centro Comunitário de Itamoari, que em seu Art.3º, parágrafo 2º, afirma: “as terras de propriedades da associação quilombola denominada Centro Comunitário de Itamoari deverão ser utilizadas pelos associados para a sua subsistência de forma autossustentável, garantindo-se a preservação do meio ambiente” (2004, p. 2).

Sou moradora do quilombo de Itamoari, e vejo que os saberes, as culturas e sua própria história não são evidenciadas no processo de ensino escolar por parte de seus educadores. Percebo que o ensino organizado pela escola é na perspectiva do conhecimento urbano cêntrico, e dessa forma, nega toda uma vivência/pertencimento de seus moradores.

As diretrizes educacionais brasileiras dão ênfase ao sentimento de pertencimento de tais comunidades que estão espalhadas nos territórios brasileiros. A escola Petronília do Carmo se encontra localizada em território quilombola e, portanto, deve articular e dialogar sobre os saberes, a cultura do lugar que está imersa em vários cenários desde o artesanato, as práticas de

produzir paneiro, peneira, abanos, vassouras, bem como, o uso das plantas medicinais para a produção da cura de diversas doenças, como, por exemplo: o uso de chás, garrafadas, banhas de animais ou de frutos da mata. Esses são saberes advindos das experiências dos mais velhos da comunidade e, portanto, portadores de conhecimento da natureza, saberes que são perpassados de geração em geração.

É com o sentimento de pertencimento que proponho dar visibilidade neste artigo, problematizando acerca do currículo trabalhado na EMEF Petronília do Carmo, reforçando a necessidade de visibilizar e entrelaçar os conteúdos escolares com os saberes históricos e cotidianos tecidos na vida comunitária do quilombo de Itamoari. Justifica-se tal empreitada, pelo impacto social como também científico, pois o tema torna assim de suma importância para discutir a respeito de educação quilombola de meu lugar e é direito ter um currículo que enfatize os saberes, a cultura e a identidade na organização do trabalho pedagógico do espaço escolar.

O estudo situa-se na abordagem qualitativa do tipo bibliográfica e pesquisa de campo, sendo desenvolvido na Comunidade Quilombola de Itamoari. A pesquisa em questão envolveu estudos sistematizados com base em material publicado em livros, revistas, redes eletrônicas, isto é, de material acessível ao público em geral. Sabe-se que no âmbito das ciências sociais e humanas, a seguinte pesquisa se faz de extrema necessidade para se analisar aspectos de determinada comunidade, valendo-se de variadas técnicas.

Com base na temática proposta e estudada, este artigo encontra-se organizado em cinco tópicos. No primeiro, a Introdução, nos detemos em apresentar nossa motivação e justificativa, as questões norteadoras e os objetivos da pesquisa. O tópico dois trata do percurso metodológico empreendida à realização da pesquisa. No terceiro tópico, abrimos o diálogo acerca da Educação Quilombola: vida e saberes na Comunidade de Itamoari, que enfatizará as vivências e os saberes produzidos pela Comunidade, na perspectiva da construção do currículo e no desejo de que a escola cumpra sua função social na garantia dos direitos das crianças que frequentam a escola, entrelaçados pelo currículo e seus saberes. Na conclusão retomamos os objetivos e o alcance de alguns resultados, destacando a contribuição desta pesquisa para a sociedade, para a pedagogia/pedagoga e para a escola da referida comunidade.

2 O CAMINHO METODOLÓGICO DA PESQUISA

Para realizar a pesquisa, elegemos a comunidade quilombola de Itamoari, localizada no Município de Cachoeira do Piriá-PA, especificamente a E.M.E.F Petronília do Carmo, com

uma turma multisseriada da educação Infantil e do ensino fundamental (anos iniciais). Os sujeitos participantes foram 8 alunos na faixa etária de 4-10 anos de idade, 1 Professor/Gestor e 4 sujeitos da comunidade, 3 mães e 1 pai.

Os materiais utilizados para as entrevistas foram o celular, para as fotografias, um gravador de áudio para o registro das vozes dos sujeitos, e um diário de campo. O período de coleta de dados ocorreu entre outubro de 2022 e fevereiro de 2023, com ida a campo, realização das entrevistas semiestruturadas e as observações, estas registrados no diário de campo para subsidiar nossa análise.

A opção metodológica foi pela abordagem qualitativa por ter um caráter social, conforme esclarece Neves (1996, p. 2):

A expressão “pesquisa qualitativa” assume diferente significado no campo das ciências sociais. Compreende um conjunto de diferentes técnicas interpretativas que visa a descrever e a decodificar os componentes complexos dos significados [...] o desenvolvimento de um estudo de pesquisa qualitativa supõe um corte temporal-espacial de determinado fenômeno por parte do pesquisador. Esse corte define o campo e a dimensão em que o trabalho desenvolver-se-á, isto é, o território a ser mapeado.

Sabe-se que no âmbito da ciência social, a presente pesquisa se faz de extrema necessidade para se analisar os aspectos de uma dada comunidade, por tratar-se do uso de diferentes técnicas. A ida a campo foi necessária para a realização da coleta de dados, mesmo tratando-se de um *locus* familiar, tal ação foi de grande importância para o entendimento dos fenômenos, dos movimentos, mas principalmente do espaço e tempo ocorridos no contexto escolar. Brandão (2007, p. 3), assim conceitua a pesquisa de campo:

Trabalho de campo é uma vivência, ou seja, é um estabelecimento de uma relação produtora de conhecimento, que diferentes categorias de pessoas fazem, realizam, mais do que um puro ato científico [...]. Uma relação entre pessoas tem uma dimensão social, e uma dimensão afetiva se estabelece. Dados de troca, de sinais e símbolos entre as pessoas se estabelecem inevitavelmente e isso marca não só a realização do trabalho, mas o material produzido por esse trabalho.

Conforme destaca o autor, o trabalho de campo, que não é uma mera pesquisa, mas sim um momento de muitas descobertas, permite ao pesquisador traçar e estabelecer relações com os agentes, assim como com o território a ser pesquisado, onde é preciso se envolver de uma forma comprometida nas suas observações. Com isso, e a partir dessas orientações, realizamos a coleta dos materiais que subsidiaram a escrita deste trabalho. De posse dos dados, discutiremos a seguir a partir de nosso olhar e registro de nossas observações, os saberes que

circulam a Comunidade de Itamoari e como estes podem subsidiar elementos para pensar o currículo e a organização do trabalho pedagógico na E.M.E.F Petronília do Carmo.

3 EDUCAÇÃO QUILOMBOLA: VIDA E SABERES NA COMUNIDADE DE ITAMOARI

Os aportes teóricos abordados durante a pesquisa foram importantes para a discussão e escrita deste trabalho, visto que ajudaram na compreensão acerca da educação quilombola. Para dialogar na escrita, nos ancoramos nas produções de Rocha e Silva (2016), Nilma Lino Gomes (2001), nas resoluções da legislação brasileira, além de outros estudiosos que tratam dessa temática.

Inicialmente é válido destacar o que é o quilombo perante as legislações vigentes. No Art. 3º da RESOLUÇÃO CNE/CEB 8/2012, encontramos a definição:

I - Os grupos étnico-raciais definidos por auto atribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica; II - comunidades rurais e urbanas que: a) lutam historicamente pelo direito à terra e ao território o qual diz respeito não somente à propriedade da terra, mas a todos os elementos que fazem parte de seus usos, costumes e tradições. (RESOLUÇÃO CNE/CEB 8/2012. Seção 1, p. 3).

A partir dessa definição, os movimentos sociais organizados se mobilizaram para garantir seus direitos e o reconhecimento de sua própria história, haja vista a luta histórica por seus territórios. Todavia, é partir da Constituição Federal de 1988 no Art. 68 que, aos remanescentes das comunidades quilombolas, lhes é concedido propriedade definitiva, seguida de outras legislações mais específica à temática, tais como a Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional de 1996, além da Resolução nº 8 de novembro de 2012, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Quilombola na Educação Básica, entre outros documentos da política nacional brasileira.

Nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, há um item que destaca a importância de as propostas pedagógicas preverem condições para que o trabalho assegure: o reconhecimento, a valorização, o respeito e a interação das crianças com as histórias e as culturas africanas, afro-brasileiras, bem como o combate ao racismo e à discriminação. (BRASIL, 2010, p.21). Vale salientar a importância da educação escolar quilombola da/na comunidade, como destaca Santos (2017, p. 47):

As escolas em territórios quilombolas devem seguir orientações curriculares da educação básica e, ao mesmo tempo, garantir a especificidade das vivências, de acordo com a realidade local. A escola quilombola não precisa ser diferente, ela

precisa atender as necessidades locais, considerando sua importância enquanto território histórico e cultural de ancestralidade e identidade.

Com isso, é necessário que cada escola em território quilombola tenha sua autonomia para desenvolver o seu currículo a partir dos saberes locais, mas sem se desprender das orientações curriculares da educação básica. Para que o diálogo entre o conhecimento escolar e as especificidades locais estejam interligados, a escola quilombola precisará adaptar o seu currículo, o projeto pedagógico, assim como organizar o calendário escolar, conforme enfatiza Santos (2017):

A educação escolar quilombola deve buscar torna-se um espaço educativo que efetive o diálogo entre o conhecimento escolar e a realidade local, valorize o desenvolvimento sustentável, o trabalho, a cultura, a luta pelo direito a terra e ao território, tendo como referência valores sociais, culturais e econômicos dessas comunidades. Para que o direito à diversidade se concretize a escola precisa de currículo, projeto político-pedagógico, espaços, tempos, calendários (...). (Santos, 2017, p. 49).

Contudo, uma das resistências hoje não é somente manter ou ter uma escola em território quilombola, mas que o Projeto Político Pedagógico valorize suas culturas e saberes do quilombo, como destaca Caldart (2020, p. 9):

Na base da reconstrução do ambiente educativo da escola estão, pois, o trabalho social coletivo, a vida em comunidade e o alargamento do repertório cultural”. Reconhecer que há uma necessidade do currículo escolar voltado para a comunidade quilombola em que se construa e reconstrua conforme a realidade do quilombo.

Para reafirmar tal compromisso, a RESOLUÇÃO Nº 8, de 20 de novembro de 2012, que trata das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica, no art. 1º, parágrafo 1º, inciso I, afirma:

§ 1º A Educação Escolar Quilombola na Educação Básica: I - organiza precipuamente o ensino ministrado nas instituições educacionais fundamentando-se, informando-se e alimentando-se: a) da memória coletiva; b) das línguas reminiscentes; c) dos marcos civilizatórios; d) das práticas culturais; e) das tecnologias e formas de produção do trabalho; f) dos acervos e repertórios orais; g) dos festejos, usos, tradições e demais elementos que conformam o patrimônio cultural das comunidades quilombolas de todo o país; h) da territorialidade. (RESOLUÇÃO CNE/CEB 8/2012. Seção 1, p. 03)

Dessa forma, os aspectos legais estabelecidos nas DCNs para a educação quilombola validam a efetivação dos direitos, e que nas unidades escolares seja desenvolvida a educação escolar quilombola com uma pedagogia própria, pautada e dialogada em suas especificidades locais e culturais, se alimentando de sua memória coletiva, para que não seja apagada ou mesmo negada.

Assim, todas as questões relativas ao reconhecimento das identidades da população quilombola estão pautadas em leis específicas, que garantem o reconhecimento de seus direitos à diversidade cultural, local e regional. No entanto, é preciso ir além do que está escrito em lei, é preciso que um projeto pedagógico seja colocado em ação, considerando os modos de vidas do/no campo no contexto escolar quilombola.

No artigo Panorama da Educação Quilombola no Brasil, os autores Larchert; Oliveira (2013), discutem acerca das políticas educacionais da educação quilombola, e ressaltam que:

A política curricular, a formação dos professores e a gestão administrativa e pedagógica das escolas são eixos necessários para orientar a educação escolar dos municípios e estados na elaboração das suas próprias diretrizes curriculares quilombolas, com vistas ao desenvolvimento de ferramentas intelectuais que promovam o reconhecimento das identidades quilombolas.

Para esses autores, as políticas educacionais voltadas para a educação quilombola são de total relevância, pois, além de ser um direito, é um eixo necessário para que educadores, gestores e a própria comunidade escolar dialoguem a respeito da educação quilombola.

Sendo assim, o currículo e as práticas pedagógicas devem valorizar a importância dos saberes, da identidade, do contexto histórico em que vivem os sujeitos quilombolas, uma vez que a escola é um espaço privilegiado para que os alunos se reconheçam como tal e que sejam capazes de sentir seu pertencimento a partir das práticas; que os tornem conscientes, reflexivos e críticos diante das vivências que trazem em sua bagagem cultural.

Para Caldart (2020, p.9), é preciso realizar uma reconstrução político-pedagógica necessariamente processual, decidida e conduzida pelo coletivo de cada escola: gestores, educadoras, estudantes, comunidades, ou seja, envolver os sujeitos nas discussões e debates que circundam a vida e o entorno da escola.

Se tratando da educação quilombola, é necessário dar visibilidade aos saberes que advém de práticas cotidianas que se ocultam no currículo escolar, como também no fazer das práticas educativas, pois assim estabelece o art. 32 da RESOLUÇÃO CNE/CEB 8/2012:

§ 1º A construção do projeto político-pedagógico deverá pautar-se na realização de diagnóstico da realidade da comunidade quilombola e seu entorno, num processo dialógico que envolva as pessoas da comunidade, as lideranças e as diversas organizações existentes no território.

§ 2º(...) o projeto político-pedagógico deverá considerar:

I - Os conhecimentos tradicionais, a oralidade, a ancestralidade, a estética, as formas de trabalho, as tecnologias e a história de cada comunidade quilombola;

II - As formas por meio das quais as comunidades quilombolas vivenciam os seus processos educativos cotidianos em articulação com os conhecimentos escolares e demais conhecimentos produzidos pela sociedade mais ampla. (RESOLUÇÃO CNE/CEB 8/2012. Seção 1, p. 12 e 13)

Ancorados nessas orientações estabelecidas pelas resoluções e diretrizes curriculares brasileiras, toda proposta pedagógica da escola deve estar em consenso com essas orientações, para isso, é necessário que haja profissionais capacitados e comprometidos com a educação escolar quilombola para a elaboração de um currículo voltado para a realidade da comunidade, assim como articular os conhecimentos locais aos demais conhecimentos globais.

4 LÓCUS DA PESQUISA

A comunidade de Itamoari, foco deste trabalho, fica localizada na mesorregião do nordeste paraense, município de Cachoeira do Piriá, a 70 km do centro urbano, situada às margens do rio Gurupi, divisa entre o estado do Pará e o estado do Maranhão. A comunidade é constituída por 65 famílias, descendentes de negros e índios. A base socioeconômica da comunidade é voltada para a subsistência familiar, concentrada principalmente no extrativismo, na pesca, caça, coleta de sementes da floresta, agricultura e o artesanato. Seus moradores consideram o território adequado para sua sobrevivência e manutenção dos sujeitos que ali residem, por estar situado às margens do rio Gurupi, é um lugar estratégico para o seu sustento e o lazer dos comunitários. Abaixo, apresentamos um mapa da localização desta comunidade. Abaixo, apresentamos um mapa da localização da comunidade de Itamoari:

Imagem 1 -

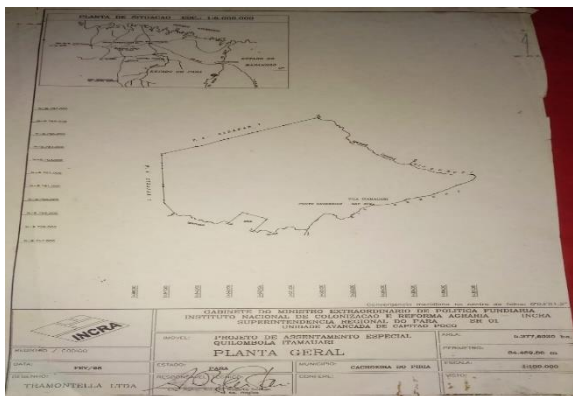
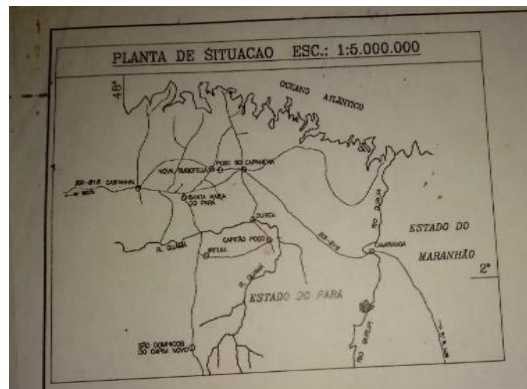


Imagem 2 -



Fonte: Localização da comunidade quilombola Itamoari-Arquivo pessoal Manoel Caldas: (1998).

A comunidade Quilombola de Itamoari possui uma associação denominada Centro Comunitário de Itamoari (CCI), coordenada por um líder, sendo ele o presidente. O Centro conta ainda com um tesoureiro e com um secretário, eleitos democraticamente pelos moradores associados e não associados da comunidade, tendo ambos um mandato de três anos.

A comunidade é reconhecida desde 1997 como quilombo e conta com um Estatuto Social denominado Centro Comunitário de Itamoari, que em seu Art. 2º, afirma:

[...] a associação é uma entidade civil, com fins não econômicos, sem vinculação partidária, com foro na comarca de Capanema, estado do Pará e tem como objetivos planejar, instrumentar, executar, controlar e avaliar programas voltados aos direitos da comunidade, tais como: preservar o meio ambiente; apoios agrícolas; educação; saúde; cultura; turismo; esportes e lazer; comunicação e transporte; desenvolvimento social; ocupação e rendas; técnicas profissionalizantes para plantações e criações (2004, p. 02).

Portanto, Itamoari possui um documento oficial, registrado em cartório, que a reconhece como comunidade quilombola. Esse documento tem como objetivo planejar, executar, controlar e avaliar os direitos voltados para o quilombo, garantindo assim, a preservação do meio ambiente, a educação, a saúde e o desenvolvimento social dos comunitários.

O art.3º, parágrafo 2º assinala que: “as terras de propriedades da associação quilombola (...) deverão ser utilizados pelos associados para a sua subsistência de forma autossustentável, garantindo-se a preservação do meio ambiente”. Sendo assim, é importante destacar que a comunidade tem um estatuto próprio, no qual pode se ancorar legalmente, reconhecendo-a como um território sustentável e de subsistência, assim garantindo-lhe a preservação, tanto da fauna quanto da flora.

Em meio as peculiaridades desta comunidade, vimos que a cultura e os saberes são produzidos por homens, mulheres, crianças e jovens que coletivamente vivenciam diferentes práticas, crenças e costumes, tecendo múltiplos aprendizados. Com isso, é necessário que o currículo se baseie nessas experiências de vida, nas práticas ancestrais, (por exemplo, o cuidado com a saúde por meio das plantas medicinais), as quais ligam-se ao conhecimento científico, como destaca Santos (2014, p. 6):

O resgate das práticas ancestrais de utilização das plantas medicinais está intimamente ligado ao resgate cultural da comunidade remanescente de quilombo. Portanto, não se pode falar de uma prática que considere apenas os aspectos ambientais ou socioculturais; é fundamental ter uma compreensão de que todos estes elementos estão intimamente ligados: as práticas culturais, a questão identitária e os cuidados com a saúde.

Por conseguinte, falar sobre a cultura e os saberes da comunidade é traçar caminhos por entre as raízes ancestrais dos sujeitos da comunidade quilombola, uma vez que esses saberes e culturas são perpassados de geração em geração, sendo vários elementos culturais que estão interligados, seja pela experiência adquirida ao longo da vida, ou através dos ensinamentos dos mais velhos.

Dessa forma é visível que a cultura e os saberes são produzidos por todos que compõem Itamoari, os quais foram responsáveis pela construção da identidade cultural da comunidade. Saberes e práticas que transcenderam ao longo dos tempos, mas que também sofreram

modificações conforme os tempos atuais, mas sempre permanecendo na memória e no contexto histórico dos seus antepassados. Hall (2006, p.24) destaca o que realmente somos:

As identidades culturais vêm de algures, têm histórias. Porém, tal como acontece com tudo o que é histórico, também elas sofrem transformações constantes. Longe de se fixarem eternamente num qualquer passado essencializado, estão sujeitas ao contínuo "jogo" da história, da cultura e do poder. Longe de se fundarem numa mera "recuperação" do passado, que está à espera de ser descoberto e que, uma vez encontrado, assegurará para todo o sempre a estabilidade do nosso sentido de nós próprios, as identidades são os nomes que damos às diferentes formas como somos posicionados pelas narrativas do passado e como nos posicionamos dentro delas.

Assim sendo, não podemos afirmar a existência de uma única identidade, tampouco de que ela é fixa e imutável, pois ao longo do tempo ela sofreu e sofrerá transformações, e para entendermos essa transformação é necessário darmos voz ao passado, às ancestralidades.

Uma gama de conhecimentos está presente em Itamoari, seja na cultura, na identidade e/ou nos saberes. Frente a essas questões, surgiram os seguintes questionamentos: Por que a cultura quilombola da comunidade de Itamoari não é inserida no currículo escolar? Que currículo é esse? De onde vem? Quem são os alunos/alunas? Quais são suas vivências e experiências? Quais são seus imaginários, suas crenças e seus costumes? Essas perguntas nortearam as entrevistas e nossas observações durante todo o momento em que estivemos coletando as informações que precisávamos.

Ao decorrer da pesquisa, compreendemos o quanto a comunidade quilombola aflora saberes, culturas, vivências e experiências acumuladas por gerações que aqui viveram e deixaram suas raízes e tradições, como: o artesanato, o uso das plantas medicinais para cura de diversas doenças; os saberes dos mais velhos, possuidores do conhecimento da natureza, saberes que nem sempre tem sido aproveitados pelos comunitários, tampouco no currículo escolar; saberes que morrem nas entrelinhas do caderno escolar, como afirma Osowski (1999, p. 64) .

Da escuta com os comunitários, pais e alunos elaboramos um quadro no qual apresentamos os saberes apontados pelos sujeitos da pesquisa:

QUADRO 01- Os saberes da comunidade Quilombola de Itamoari.

Saberes Ambientais	Esses saberes ocorrem na relação direta que a comunidade de Itamoari estabelece com o contexto da localidade e com a natureza, expressos em seus modos de vida. Uso de subsistência da floresta, pesca, uso dos rios etc.
---------------------------	--

Saberes do Artesanato	Conhecimento advindo das confecções produzidas pelas fibras vegetais e cipós, especialmente o Guarimã , do qual são produzidos: paneiros, peneiras, abanos, balaios etc. e o Cipó , dele são confeccionadas vassouras, paneiros etc.
Saberes culturais	Práticas utilizadas pela comunidade na produção da farinha de mandioca, na utilização das plantas medicinais , vindo destas a produção de garrafadas , chás e o uso corriqueiro pelas benzedeiras locais , assim como também as banhas de animais.
Saberes Religiosos	Presença muito forte e respeitosa com o sagrado, tais como as Festividades de São Benedito e São Domingos, a Umbanda etc.
Saberes da pesca	Saberes caracterizados pelo acúmulo de vivências e experiências no trabalho da pesca nos rios, lagoas e igarapés.
Saberes da Agricultura	Experiências com o cuidar da terra/solo na produção da roça (plantação de mandioca, milho, banana) e no manejo do açai.

Fonte: Arquivo da Autora (2023).

De acordo com o quadro acima, podemos afirmar a riqueza que se espraia na comunidade de Itamoari. Um saber/fazer cultural que deve estar articulado ao currículo escolar e à diversidade étnica e cultural, possibilitando-nos um olhar mais aguçado sobre a instituição escolar e a adoção de novas práticas pedagógicas, Gomes (2001).

Revigorar a memória coletiva, a identidade, entrelaçadas pelos saberes e pela cultura, e ao mesmo tempo inseri-las no trabalho pedagógico, é o desafio da E.M.E.F Petronília do Carmo. Ações que requerem paciência e criatividade para potencializar o currículo escolar, a exemplo os saberes da terra, como o cultivo de plantas medicinais e a produção de garrafadas, saber ancestral registrado por uns de nossos idosos, a dona Maricota:

O que eu mais preparo é a garrafada, eu faço com casca de pau todo tipo de casca de pau que eu conheço sabe, tem barbatimão, tem verônica, tem santa Maria, copaiba, casca doce, fava de jucá, fruta que se chama imbiriba, isso tudo é pra garrafada. (D. Maricota, 77 anos).

A Comunidade de Itamoari, com seu potencial de saberes e culturas, deseja que a educação ofertada para seus filhos tenha em seu currículo conhecimentos que falem de seu pertencimento, de seus costumes aliados a outros saberes advindos dos conhecimentos sistematizados, os quais são patrimônio da humanidade e que precisam ser trabalhados para que os alunos ampliem seu universo linguísticos, cognitivos e culturais imbrincados nas falas dos entrevistados, como expressa dona Maricota, moradora da comunidade.

Não queremos que fique somente na sua cultura local, mas que seja um currículo que potencialize um querer saber mais, entrelaçando diferentes culturas e realidades, potencializando outras formas de ver e viver no mundo. O professor, nas entrevistas, fala das

dificuldades em acrescentar os conhecimentos da comunidade. Um elemento importante na fala do professor diz respeito a formação docente, a qual não acontece. São momentos esporádicos e geralmente ocorre no início do período letivo. Mas instigado sobre a questão do currículo, ele responde:

... quem sabe este ano mesmo a gente não implanta essa questão história quilombola, porque, não é que não é falado na escola, não é repassado esta questão da cultura religiosa, de festejo isso daí a gente repassa para eles, o que nós aprendemos aqui na comunidade através de histórias dos antigos que contam a gente vai ouvindo e repassa. (Prof. Raimundo)

Não é tarefa fácil para um professor, que é esquecido pelo poder público nos territórios rurais de nosso estado, tratar de questões relacionadas ao currículo escolar. A questão curricular, frente às diferenças culturais que permeiam a escola contemporânea é um dos desafios enfrentados por todos os que planejam e organizam a gestão escolar de um município. Essa realidade que vivem muitos professores do meio rural, assim como o meio urbano, traz as principais dificuldades para a escola e para o professor quando se busca uma educação pautada em princípios de igualdade e respeito pelo diferente, que caminhe na perspectiva do diálogo e que considere o ‘outro’ relevante.

Ninguém discutiu e desejou tanto uma educação pautada na humanização, na liberdade e no diálogo do que o educador brasileiro Paulo Freire. Percorrendo suas obras, nos unimos a ele para pensarmos uma educação para o quilombo do Itamoari, que tenha suas raízes ancestrais movendo o currículo e uma educação pautada pelo diálogo entre e com os sujeitos, problematizando e refletindo seus processos educativos a partir de suas vozes, com liberdade, com afeto, fugindo da *grade curricular* imposta, para a elaboração de uma *matriz curricular* que visibilize a vida, os modos próprios de viver e existir da comunidade de Itamoari.

A comunidade de Itamoari deseja uma educação que promova os valores como a igualdade, o sentido comunitário pelas vozes dos sujeitos residentes em seu território com respeito aos saberes, como expressa a moradora:

A comadre Joana é uma ainda das mais antigas que faz peneira, paneiro, balaio, tipiti tudo ela sabe fazer... meu filho que aprendeu a fazer tudo isso o Eudimano, sabe fazer tudo de Guarimã. Quando foi que o seu filho começou a fazer? Ele desmanchou um para ele fazer de novo, ... paneiro eu mesmo ensinei para ele. (Dona Maricota, 77 anos)

Saberes que de geração em geração são repassados, como a fala de dona Maricota apontando que Joana é uma das mais antigas na feitura de artefatos com fibras de Guarimã, assim como o filho de Maricota, que aprendeu a utilizar as fibras de Guarimã para também tecer os utensílios que são utilizados pela comunidade.

Nas demais falas coletadas estão expressos os desejos, principalmente dos mais velhos, em fazer com que as heranças culturais não se percam, para isso, é preciso que a escola faça parcerias, traga o coletivo da comunidade para dentro dos espaços escolares.

Ao planejar as atividades curriculares, é importante manter o diálogo com as pessoas do entorno escolar, para que tais apontem quais os saberes que são necessários para a aprendizagem das crianças; para manter viva a memória, as narrativas da ancestralidade quilombola da Comunidade de Itamoari. Segundo depoimento da senhora Maria do Carmo (77 anos), “...dos professores que passaram pela escola, poucos tiveram a preocupação de trabalhar os conhecimentos tradicionais em suas aulas”, o que reforça a falas de uma das crianças, “...não ensina não, esses saberes. Ensina só a ler, desenhar, desenho um bocado de coisas, arvores, bandeira do Brasil” (Misael, 10 anos)

A fala de Misael, assim como as demais crianças, são falas sem brilho; são quietas e fechadas, dando impressão de que têm medo de falar. A escola está lá na comunidade, “... mais que silenciosa, silenciadora da vida que existia, castradora da fala, do riso, a escola estava ali, emudecendo quem era sábio de histórias...” (OSOWSKI, 1999, P. 66).

Com isso, o currículo precisa basear-se nessas experiências de vida que ligam os diferentes conhecimentos do patrimônio histórico e cultural da humanidade; essa forma de enxergar a vida, nos remete a existência e sua complexidade sustentado no diálogo. Nossas práticas sociais e culturais de conversar, dialogar, nos encaminham aos processos históricos, dos quais carregamos um legado de nossos ancestrais que (re)produzem nossas diferentes relações e ações no mundo, desta forma não enxergamos o mundo na mesma maneira, com a mesma visão. Por isso que, ancorados em Freire, reafirmamos nossos desejos quilombolas de que “Quanto mais enraizado na minha localidade, tanto mais possibilidades tenho de me espriar, me ‘mundializar’. Ninguém se torna local a partir do universal” (Freire, 2006, p. 25).

Essa compreensão depende da forma como ressignificamos nossas vidas, nossos saberes e fazeres culturais nesse mesmo espaço. À vista disso, a função social da escola desempenha um papel primordial, tanto na educação, quanto na vida dos sujeitos; amplia os repertórios culturais, ambientais, econômicos e sociais dos saberes, desde o local até o global, e é isso que desejamos: que a escola atinja com seus ensinamentos, às crianças e jovens da comunidade de Itamoari, para que percebam e compreendam que seus saberes, sua cultura e seus modos de vida são conhecimentos advindos de seu território quilombola e que precisam ser trabalhados, nessa perspectiva, muda-se a visão:

[...] de conhecimento que estão na base das diferentes lógicas de organização do plano de estudos ou do currículo da escola. Desafio especialmente para processos coletivos de formação de educadores. Sem compreender os fundamentos da fragmentação e das desconexões curriculares não é possível desenhar alternativas de superação que prosperem. (CALDART, 2020, P.10)

Por isso reafirmamos que a escola em uma comunidade quilombola deve ser construída pelos sujeitos, nas suas práticas cotidianas, referendando o que preconiza as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Quilombola na Educação Básica (2012):

os currículos da Educação Básica na Educação Escolar Quilombola devem ser construídos a partir de valores e interesses das comunidades quilombolas em relação aos seus projetos de sociedade e de escola, definindo nos projetos político-pedagógicos”. (BRASIL, 2012, p. 34).

A educação quilombola que queremos para nossa comunidade é expressa conforme o pensamento de Brandão (1981, p. 10) “... a educação é como outras, uma fração do modo de vida dos grupos sociais que a criam e recriam, entre tantas outras invenções de sua cultura, em sua sociedade”. Será construída mediante as lutas sociais, as manifestações das tradições culturais, na relação de sustentabilidade com a natureza, enfim, no modo de ser e estar no mundo.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A inquietação inicial que motivou esta pesquisa foi a de problematizar a educação em interface com o currículo escolar da escola Petronília do Carmo, analisando como o currículo da escola aborda as questões identitárias e multiculturais da comunidade de Itamoari, em seu fazer pedagógico. Um envolvimento que me exigiu ficar em permanente exercício de escuta e leituras: escutar as histórias do meu lugar, das pessoas mais antigas residentes no Itamoari, ler e pesquisar materiais, livros e artigos, sobre a educação quilombola.

Esta temática começou a despontar no âmbito das políticas públicas de nosso país, desde a Constituição de 1988, quando o país começou a implementar ações na assertiva de garantir qualidade de vida para os povos do campo, respeitando suas especificidades e necessidades diferenciadas, como no caso desta pesquisa, que procuramos compreender um território específico- Comunidade Quilombola de Itamoari.

Nas várias leituras realizadas, os autores que sustentam o suporte teórico na presente pesquisa, chamam a atenção para os riscos que os povos camponeses vêm sofrendo, de modo mais específico os remanescentes de quilombos, como bem recente assistimos o assassinato de uma líder quilombola na Bahia.

O estudo revelou que precisamos auxiliar os sujeitos da comunidade quilombola de Itamoari a resgatar sua história para o autoconhecimento e exigir dos gestores que os saberes quilombolas sejam temas prioritários para compor o currículo de nossa escola. Como bem disse dona Maria do Carmo em sua entrevista: “Os saberes são vários né? são vários saberes, a religiosidade, a prática de fazer os remédios para as crianças, adultos e idosos... as plantas, ervas medicinais), os saberes também voltados para a nossa cultura de alimentação [...]”.

Os saberes são muitos, mas acabam morrendo nas entrelinhas do caderno escolar. Daí a necessidade de desenvolver estudos que revelem a riqueza desses saberes e possibilitar a construção de novos conhecimentos, desmistificando, dessa forma, o preconceito que existe sobre os quilombolas.

Outro destaque é debater com a comunidade o conhecimento das leis, dos direitos e deveres para o fortalecimento comunitário, demonstrando a importância da participação das famílias na gestão da escola. Como afirma Oliveira (2003, p. 84) “A identidade se constrói com relação à alteridade. Com aquilo que não sou eu. É diante da diferença do outro que a minha diferença aparece.” Indubitavelmente, que o diálogo com o currículo se inicia no reconhecimento das diferenças, com todas as suas tensões. Para acender essas diferenças na escola é necessário que na prática pedagógica assumam-se afro-brasileira e absorva a cultura negra rural quilombola (LARCHERT; OLIVEIRA, 2013, p. 10). Diante dessa perspectiva, é necessário que se realize ações de conscientização para que as pessoas tenham informações e saibam sua real importância dentro dessa (re)construção.

Para esta pedagoga em formação, percebi o quanto posso contribuir para mudar a realidade da/na comunidade onde resido, na perspectiva do coletivo, para assim lutar pelo acesso à educação escolar quilombola, uma política vital para a E.M.E.F Petronília do Carmo, por ser uma política muito mais próxima a realidade da comunidade quilombola, pois “é o que se vive”; ela está diretamente vinculada à luta pela defesa, proteção e reconhecimento do território ancestral.

Assim, me percebi neste movimento de luta, antes mesmo de ingressar na universidade; me fortaleceu para saber o caminho que devo seguir, um caminho coletivo, para e pelos meus. Acreditando que a universidade me foi uma ferramenta de fortalecimento, tanto para nos conscientizar do seu papel democrático, quanto para desenvolver projetos e debates que incluam as comunidades e a permanência do estudante quilombola, que posteriormente retornará para seu quilombo, com o intuito de fortificar e ao mesmo tempo resistir às ameaças que sobrevoam e circulam os territórios.

É perceptível que o quilombo de Itamoari precisa muito de seu povo como autor da história da comunidade, como protagonista do desenvolvimento, ao reconhecimento das suas histórias e de seus direitos, uma vez que estão pautados em leis específicas, garantindo dessa forma, o reconhecimento de seus direitos a diversidade cultural, local e regional.

No entanto, é preciso ir além do que está escrito em lei, é necessário que um projeto político pedagógico (PPP) seja construído e colocado em ação, considerando os modos de vida do campo no contexto escolar quilombola. Somente nós (quilombolas) podemos saber o que é melhor para esta terra, para nossa gente, e ser estudante nos faz cada dia mais responsáveis pelo desenrolar da nossa história. Que a nossa história seja digna da luta dos nossos ancestrais e da força que tiveram, para que hoje pudéssemos ter algo muito importante para lutar: a educação; ter a oportunidade de adentrar ao ensino superior destacando a importância do processo seletivo especial (PSE) para estudantes quilombolas, indígenas, ribeirinhos entres outros. Houve uma luta árdua para que hoje ocupássemos espaços formativos por tanto tempo negado a nós, os negros.

Fazer esse percurso formativo foi fundamental para compreender o problema que havia em torno da escola E.M.E.F Petronília do Carmo, entre educação, o saber fazer cultural e o currículo escolar quilombola. Até chegar à finalização deste trabalho, tive que caminhar nas trilhas da teoria e nas próprias condições materiais do quilombo, observando e ouvindo os sujeitos que ali residem.

Em relação à educação foi possível constatar que ela transversaliza a trajetória de Comunidade Quilombola; a educação volta à cena da comunidade como uma forte demanda para o desenvolvimento e um desafio para os sujeitos que ali atuam, já que as narrativas mostraram que os saberes, a cultura e suas atribuições são diversos na comunidade.

Por outro lado, a experiência do contato com a memória ancestral quilombola da comunidade foi um momento ímpar da pesquisa, pois as lembranças das festas, do saber/fazer o artesanato, as plantas medicinais, o cuidado com a natureza e as manifestações religiosas como elementos da tradição, confirmam a ancestralidade quilombola e africana, infelizmente presente somente na memória dos adultos.

Chamo atenção para as crianças quilombolas que são guardiãs dessa memória, e por conseguinte é necessário articular todos esses elementos da tradição da comunidade às crianças, pois somente elas que poderão dar continuidade à história, para que esta não seja esquecida; e que compreendam que para se entender o presente é preciso dar importância ao passado.

Deixo registrado que esta pesquisa me fez pensar e repensar; trouxe lembranças que talvez estivessem quase apagadas de minha memória; uma viagem ao tempo que fez com que de alguma forma pudesse aprender a relacionar com os tempos atuais, pois o passado e o presente não estão desligados. Dessa forma, o meu papel como futura docente é fazer essa reflexão, não só na parte teórica, como na prática; é ter consciência de que a formação não é estática, mas sim um constante processo de transformação.

REFERÊNCIAS

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Reflexões sobre como fazer trabalho de campo**. Sociedade e Cultura Revista de ciências sociais. Goiânia. Vol. 10 núm. 1, janeiro-junho, 2007. pp. 11-27.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é educação**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

BRASIL. Ministério da Educação Conselho Nacional de Educação Câmara de Educação Básica Resolução N° 8, de 20 de novembro de 2012. **Define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica**. Brasília, DF: 2019

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica Resolução nº 5, de 17 de dezembro de 2009. **Diretrizes curriculares nacionais para a educação infantil / Secretaria de Educação Básica**. – Brasília: MEC, SEB, 2010. P.24

CALDART, Roseli Salete. **Função social das escolas do campo e desafios educacionais do nosso tempo1**. Texto preparado para Aula Inaugural do semestre do curso de Licenciatura em Educação do Campo, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Campus Litoral, realizada em 9 de março 2020.

ESTATUTO SOCIAL DA ASSOCIAÇÃO QUILOMBOLA DENOMINADA CENTRO COMUNITÁRIO DE ITAMOARI. Documentação

GOMES, Nilma Lino; **Escola e diversidade Étnico-cultural: um diálogo possível**. In: DAYREL, Juarez. (Org.). Múltiplos olhares sobre educação e cultura. Belo Horizonte: Editora UFMG. 2001. p. 194.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação**. 13. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2006.

LARCHERT, Jeanes Martins, OLIVEIRA Maria Waldenez. **Panorama da educação quilombola no Brasil**. políticas educativas. Porto Alegre, v. 6, n.2, p.44-60, 2013. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/Poled/article/view/45656>. Acesso em 01 de dezembro de 2022.

LIMA, Kezya Thalita Cordovil et al. **Entre o quilombo, o rio e a cidade: pesquisas com crianças na Amazônia paraense**. Anais IV CEDUCE... Campina Grande: Realize Editora, 2015. Disponível em: <<https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/11171>>. Acesso em 01 de dezembro de 2022.

MAFRA, Jason Ferreira; SILVA E SILVA, José Walter; MOTA, Gustavo. Paulo Freire e a educação na infância em sete categorias que se complementam. **Dialogia**, [S. l.], n. 42, p. e23499, 2022. DOI: 10.5585/42.2022.23499. Disponível em: <https://periodicos.uninove.br/dialogia/article/view/23499>. Acesso em: 20 set. 2023.

NEVES, José Luis; **Pesquisa qualitativa – características, usos e possibilidades**. Características da pesquisa qualitativa. Caderno de pesquisa em administração, São Paulo, V.1 N° 3, 2° SEM./1996.

OLIVEIRA, Eduardo. **Cosmovisão africana no Brasil**: elementos para uma filosofia afrodescendente. Fortaleza: IBECA, 2003.

OSOWSKI, Cecília Irene. Dizer poético e currículo: tramas de reconhecimento. In:

OSOWSKI, Cecília Irene. (Org.). **Provocações da sala de aula**. São Paulo: Edições Loyola. 1999.

ROCHA, Max Silva, SILVA, José Bezerra. **Reflexões sobre educação escolar quilombola**. Leitura: Teoria & Prática, Campinas, São Paulo, v.34, n.68, p.79-91, 2016.